

SUMÁRIO

Volume II - DIREITO PROCESSUAL PENAL

DO PROCESSO PENAL (Por Emílio Vieira)	37
Capítulo I - PROCESSO PENAL NO BRASIL – RESUMO HISTÓRICO	39
<i>Período colonial</i>	<i>39</i>
<i>Brasil império</i>	<i>40</i>
<i>Período republicano</i>	<i>41</i>
Capítulo II - FONTES DO PROCESSO PENAL	43
<i>Definição</i>	<i>43</i>
<i>Perdão judicial para condenados em ação pública incondicionada - perdão judicial em ação pública incondicionada</i>	<i>58</i>
Capítulo III - PRINCÍPIOS E REGRAS DO PROCESSO PENAL	81
<i>Princípio da indisponibilidade</i>	<i>81</i>
<i>Princípio da oportunidade</i>	<i>82</i>
<i>Princípio da iniciativa das partes</i>	<i>82</i>

Princípio da oficialidade	82
Princípio da publicidade	83
Princípio do livre convencimento	83
Princípio da verdade real	84
Princípio do contraditório ou da ampla defesa	84
Princípio do favor rei	84
Princípio da imparcialidade do juiz	84
Princípio da fungibilidade dos recursos	85
Princípio da peremptoriedade recursal	85
Princípio do devido processo legal	85
Princípio do juiz natural ou constitucional	85
Princípio da inocência	86
Princípio da legalidade de prisão	86
Princípio da amplitude da defesa e do contraditório	86
Princípio da individualização da pena	86
Princípio da publicidade	87
Princípio da inadmissibilidade das provas ilícitas	87
Princípio da íntima convicção	87
Princípio da identidade física do juiz ou da vinculação do juiz ao processo ...	88

Capítulo IV - DIREITO PROCESSUAL PENAL 89

Definição	89
Finalidade do Processo Penal	91
Modalidades processuais	91
Acusatória	91
Inquisitória	91
Mista	92
Pressupostos processuais	92
Sujeitos processuais no Processo Penal	93
Capacidade processual	94
Do Ministério Público (Arts. 257 e 258)	94
Do acusado e seu defensor (arts. 259 a 267)	95
Dos assistentes (arts. 268 a 273)	95
Poderes do assistente	96
Recurso	96
Oportunidade para admissão	96
Co-réu	96
Admissão do assistente	97
Audiência do Ministério Público	97

<i>Admissão do assistente para os atos do processo</i>	97
<i>Dos funcionários da justiça (art. 274)</i>	97
<i>Dos peritos e intérpretes (arts. 275 a 281)</i>	98
Capítulo V - FATOS E ATOS PROCESSUAIS	99
<i>Considerações</i>	99
<i>Conceituação</i>	99
<i>Classificação dos atos processuais</i>	100
<i>Atos processuais administrativos</i>	100
<i>Atos jurisdicionais</i>	101
<i>Divisão dos atos jurisdicionais</i>	101
<i>Atos decisórios e outros atos do juiz</i>	103
<i>Atos processuais das partes</i>	104
<i>Classificação dos atos dispositivos</i>	104
<i>Atos instrutórios</i>	104
<i>Atos reais</i>	105
<i>Atos processuais simples e complexos</i>	105
<i>Documentação do ato processual</i>	105
<i>Termo</i>	105
<i>Do idioma dos atos processuais</i>	106
<i>Do documento</i>	106
<i>Impugnação da tradução</i>	107
<i>Procedimento na impugnação</i>	107
Capítulo VI - DO INQUÉRITO POLICIAL (Artigos 4º a 23 do CPP)	109
<i>Rimas do Inquérito Policial Por Emílio Vieira</i>	109
<i>O indiciado no inquérito policial</i>	110
<i>Traços marcantes do inquérito</i>	111
<i>Polícia administrativa e polícia judiciária</i>	111
<i>Nulidades no inquérito policial</i>	112
<i>Princípio do contraditório</i>	112
<i>Não-cabimento de suspeição</i>	113
<i>Natureza do inquérito</i>	113
<i>Prazo(s) do inquérito policial</i>	113
<i>Destinatário do inquérito policial</i>	114

Arquivamento	114
Incomunicabilidade do indiciado	114
Atos do inquérito policial	115
Peça inaugural	115
Declarações do ofendido	115
Inquirição das testemunhas	116
Classificação das testemunhas	117
Interrogatório do indiciado	117
Da identificação criminal	119
Informações sobre a vida pregressa	119
Indiciado menor de 21 anos e maior de 18 anos	119
Indiciado menor de 18 anos	119
Flagrante de adolescente	120
Intimação e notificação	120
Perícia e corpo de delito	120
Reconhecimento de pessoas e coisas	121
Acareação ou confronto de declarações	121
Busca e apreensão de pessoas ou coisas	122
Quando se procede à busca domiciliar	122
Busca sem mandado	122
Auto de busca domiciliar	123
Incidentes do inquérito	129
Incidente 1 - caso A. A. Flagrante não caracterizado - extorsão p/ liberação de preso	130
Incidente 2 - caso A. B. S. Prisão ilegal. - extorsão com participação de dois advogados	132
Incidente 3 - caso Rosana Maria Faleiro - torturada sob acusação de pseudo-sequestro, da própria cunhada, tudo arquitetado pelo próprio sogro e o delegado que comandou a prisão e as torturas, sem res- peitarem o estado de gravidez em que ela se encontrava	135
Incidente 4 - caso I. G. E sua mulher - torturados como testemunhas para incriminação do próprio patrão	144
Termo de apresentação e vistoria de indiciado	154
Testemunha - Laudo de exame de corpo de delito	156
Ministério público manifesta pela liberação de “preso torturado”	158
Decisão do Juiz: após requisitar presença do requerente para uma vistoria, quando foi constatado, conforme o termo junto aos outros apensos, que sofreu lesões corporais provenientes de espanca- mentos	161

Termo de liberdade provisória	163
Alvará de soltura	164
Representação contra tortura e exame de corpo de delito	167
Capítulo VII - A AÇÃO PENAL	169
Da ação penal	170
Direito de punir	170
Ação	170
Classificação das ações	171
Classificação tripartida da ação no Processo Penal	173
Condições de procedibilidade	174
Da ação penal privada	175
Do prazo	176
Delitos complexos e concursos de crime	176
Peças da ação penal	177
Denúncia	177
Conteúdo dos requisitos	178
Crime de imprensa	182
Falsidade ideológica	182
Tentativa	182
Condições de procedibilidade	183
Situações fáticas	183
Situação fática: Denúncia - Denunciado por homicídio doloso em concurso com crime de estupro, quando ao final da instrução, ficou provada tese defendida pela defesa que a morte da vítima foi por asfixia, não provocada pelo denunciado, mas em razão da vítima ter sofrido asfixia proveniente de causas patológica, no caso, pelo laudo médico, ela se auto-asfixiou: asfixia por doenças da glote, edema de Quink	184
Alegações finais p/ ministério público	186
Alegações finais p/ defesa	188
Sentença desclassificatória	197
Mandado de intimação de advogado	201
Denunciado por tráfico: - depois de torturado na delegacia e exibido pela imprensa, foi absolvido!	203
Memorial	205
Denúncia - crimes de homicídio	215

Denúncia - crimes de homicídio	217
Alegações finais p/ defesa - homicídio	219
Interposição de recurso em sentido estrito	221
Recurso em sentido estrito	225
Denúncia contra policiais por prática de tortura (antes da Lei nº 9.455/ 95)	234
Representação para instauração de ação penal.....	236
Denúncia mediante representação	238
Habeas corpus	242
Habeas corpus – STJ	248
Assistente da acusação provoca aditamento à denúncia	261
Solicitação de permissão para funcionar como assistente da acusação ...	264
Termo de deliberação em audiência	265
Do aditamento da denúncia	266
Pedido de instauração de inquérito policial	268
Queixa crime	270
Procuração com poderes especiais	275
Queixa-crime	276
Queixa-crime perante ao STF, contra deputado federal	279
Juiz rejeita denúncia por atipicidade - denunciado por crime de estupro, teve denuncia rejeitada pelo juiz, por considerar atipicidade do fato	287
Caso 2 - rejeição de denúncia	292
Razões do recurso em sentido estrito, contra a decisão que rejeitou a denúncia	296
Contra razões p/ recorrido	304
Juiz rejeita denúncia, “ <i>ab initio</i> ”	307
Requisitos da procuração queixa crime	311
Interpelação	319
Procuração <i>ad judicium</i> e <i>extra judicium</i>	321
Mandado de notificação	323
Resposta do interpelado	325
Preso interpela delegada	328
Procuração <i>ad judicium</i> e <i>extra judicium</i>	330
Delegada responde a interpelação	333
Mandado de intimação	335
Sindicato dos professores representa criminalmente contra diretor de colégio que exonerou professor por ser candidato em chapa do sindicato	337
Sindicato dos professores representa criminalmente contra proprietário de escola, por infringência do art. 203 do código penal.....	340

Capítulo VIII - DA AÇÃO CIVIL	343
Sistema de separação	343
Sistema da cumulação	344
Efeitos da sentença absolutória penal	344
Competência	346
Capítulo IX - DA JURISDIÇÃO	349
Conceito	349
Elementos da jurisdição	349
Princípios da jurisdição	350
Capítulo X - DA COMPETÊNCIA	353
Conceito	353
Competência material	354
Competência absoluta	354
Competência relativa	354
Competência funcional	355
Competência pela prevenção (art 83 - CPP)	355
Jurisdição cumulativa	355
Hipóteses de prevenção	356
Estelionato	356
Nulidade relativa	357
Prorrogação de competência necessária e voluntária	357
Delegação de competência	358
Competência <i>ratione materiae</i> e na Constituição Federal	358
Da competência pelo lugar da infração	358
Da competência pela residência ou domicílio do réu	359
Competência pela natureza da infração	359
Competência por distribuição	362
Competência pela conexão	362
Competência por continência	363
Hipóteses de continência	363
A finalidade da conexão e continência	363
Conexão intersubjetiva (Art. 76 - CPP)	364
Conexão objetiva	365

Conexão instrumentária ou probatória	365
Competência por prevenção	366
Infração continuada ou permanente	366
Foro prevalente	367
Separação de processo	367
Competência pela prerrogativa de função	368
Habeas corpus – competência juízo natural em razão da causa	370
Competência p/ prevenção	393
Competência por conexão	398
Capítulo XI - DAS QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES	407
Considerações	407
Questões prejudiciais	407
Natureza jurídica das prejudiciais	415
Sistemas de solução	416
Sistema do predomínio da jurisdição penal	416
Sistema de separação jurisdicional absoluta sistema da prejudicial obrigatória	416
Sistema misto ou eclético	417
Divisão das prejudiciais quanto à natureza	417
Exceções	419
Exceção de suspeição	419
Exceção de incompetência de juízo	420
Exceção de litispendência	421
Exceção de ilegitimidade de parte (art. 43, III, do CPP)	421
Coisa julgada (última das exceções do art. 95, CPP)	422
Das incompatibilidades e impedimentos	422
Conflito de jurisdição	423
Restituição de coisas apreendidas	424
Restituição de veículo declarado a perda em favor da união, em sentença condenatório, por tráfico de entorpecente	427
Pedido deferido imediatamente: restituição de veículo e desentranhamento de documentos	429
Medidas assecuratórias	438
Seqüestro	438

<i>Defesa</i>	438
<i>Espécies de embargos previstos para o seqüestro</i>	439
<i>Da decisão que autoriza o levantamento do seqüestro cabe a apelação</i> ...	439
<i>Extinção da punibilidade</i>	439
<i>Hipoteca legal</i>	439
<i>Caso concreto - medida assecuratória: cautelar mediante seqüestro prévio de bens para garantia de possível indenização à família vítima de homicídio</i>	441
<i>Pedido incidental de restituição de bens - Operação metástase - Boa Vista/ RO</i>	444
<i>Levantamento da hipoteca legal</i>	450
<i>Arresto</i>	450
<i>Do incidente de falsidade</i>	450
<i>Da insanidade mental do acusado</i>	451
<i>Exemplos de quesitos</i>	453
<i>Exame de sanidade mental</i>	455
<i>Exame de sanidade mental</i>	456
<i>Alvará de soltura</i>	459
<i>Exceção de litispendência</i>	460
<i>Exceção de suspeição de juiz (caso operação diamante)</i>	464
Capítulo XII - DA PROVA (ART. 155 A 250 DO CPP)	481
<i>Considerações</i>	481
<i>Conceito</i>	483
<i>Objeto da prova</i>	484
<i>Princípio da verdade real</i>	484
<i>Fatos axiomáticos</i>	484
<i>Fatos notórios</i>	485
<i>Fatos presumidos</i>	485
<i>Classificação da prova</i>	485
<i>Princípios gerais da prova</i>	489
<i>Princípio da auto-responsabilidade das partes</i>	489
<i>Princípio do contraditório</i>	490
<i>Princípio da comunhão da prova</i>	490
<i>Princípio da oralidade</i>	490

Princípio da concentração	490
Princípio da publicidade	490
Princípio do livre convencimento motivado	490
Princípio da verdade real	491
Sistema sobre a apreciação das provas	492
Sistema da livre convicção ou persuasão racional	493
Das provas em espécie	494
Exame de corpo de delito indireto	495
Realização da perícia	496
Perícias laboratoriais	497
Avaliação	497
Incêndio	497
Exame grafotécnico	497
Exame necroscópico	498
Exumação	499
Exame complementar (Art. 168 e parágrafos do CPP)	500
Da prova indiciária	500
Conceito de indício	501
Da presunção	504
Presunções x Indícios	507
Do Interrogatório	518
Natureza jurídica do interrogatório	521
Características	521
Faculdade de não responder	522
Participação do MP e da defesa	522
Conteúdo	522
Oralidade	523
Confissão ficta	524
Co-réu	524
Interrogatório do mudo-surdo e surdo-mudo	524
Termo de interrogatório	525
Do ofendido	529
Apresentação	529
Posição do ofendido no processo	529
Limites do depoimento	530
Depoimento limitado em Lei	530
Valor do depoimento	530

Testemunhas (Ato integrante das provas)	531
Das Testemunhas – arts. 202 a 225	531
Classificação	531
Caracteres	532
Sistema presidencial	532
Oportunidades para arrolar	532
Mentira	533
O Medo	534
A ignorância	534
A alteração momentânea ou deficiente das faculdades psíquicas	534
A sugestão - A falta de memória – A deficiência fisiológica dos órgãos e muitas outras	534
Substituição de testemunhas	536
Do reconhecimento de pessoas e coisas (Arts. 226 a 228 – CPP).....	537
Considerações	537
Natureza probatória do reconhecimento	537
Quanto ao procedimento	537
Reconhecimento perante a autoridade policial	538
Quando várias são as pessoas a efetuar o reconhecimento	539
No reconhecimento de objetos	539
Da reconstituição do crime (Arts. 7º e 156 – CPP).....	539
Inspeção judicial (Art. 156 – CPP)	540
A acareação (Arts. 229-230 do CPP)	540
Prova Ilegítima	541
Prova ilícita	542
As teorias a respeito da prova ilícita	550
1º Teoria da admissibilidade	550
2º Teoria da inadmissibilidade ou da rejeição	550
3º Teoria da proporcionalidade	550
Das providências cautelares acerca da prova	551
Noções preliminares	551
Da inspeção do lugar do crime	551
Da busca e apreensão (Arts. 240 e 250 – CPP)	552
A finalidade da busca e apreensão	552
Espécies de busca	553
Busca domiciliar	553
Busca domiciliar diurna	553
Busca pessoal.....	555
Lavratura do auto na busca domiciliar	555

Dos documentos (Arts. 231-238 do CPP).....	556
Documentos levados aos autos por iniciativa do juiz.....	557
Documentos provenientes de segredo profissional.....	558
Capítulo XIII - DA CITAÇÃO	559
Conceito.....	559
Consideração.....	559
Destinatário.....	560
Quem pode ser citado.....	560
A citação como garantia individual.....	560
Revelia.....	561
Efeitos da citação válida.....	561
Espécies de citação.....	561
Citação de réu preso.....	561
Citação do preso que se encontra em outra comarca.....	562
Citação do réu no estrangeiro.....	562
Precatória.....	562
Requisitos intrínsecos à carta precatória.....	562
Juiz deprecante.....	563
Juiz deprecado.....	563
Precatória por telegrama.....	564
Precatória por telefone.....	564
Citação do militar da ativa.....	564
Citação do funcionário público.....	565
Carta de ordem.....	565
Pessoa incerta - Individualização necessária do citando (réu).....	565
Intimação do réu revel (Recurso).....	566
Notificação.....	566
Intimação.....	566
Distinção entre intimação e notificação.....	566
Capítulo XIV - DA DEFESA PRÉVIA	569
Réu ausente.....	569
Exceções.....	570
Exceção da verdade.....	570

Número de testemunhas	571
Contestação	571
<i>Defesa prévia completa (c/ discussão do mérito)</i>	572
<i>Exceção de incompetência</i>	582
<i>Exceção de ilegitimidade</i>	583
<i>Exceção de coisa julgada</i>	584
<i>Defesa prévia completa em um caso concreto</i>	585
<i>Exceção de incompetência</i>	591
<i>Exceção de ilegitimidade de parte</i>	592
<i>Exceção de coisa julgada</i>	593
Capítulo XV - DAS ALEGAÇÕES FINAIS	595
<i>Obrigação de defender, segundo o código de ética</i>	595
<i>Fundamentos básicos da defesa</i>	595
<i>Alegações finais: dois irmãos denunciados por crime de homicídio - tese: negativa de autoria</i>	599
<i>Alegações finais p/ ministério público - crime de furto</i>	613
<i>Alegações finais pela defesa - tese: negativa de autoria</i>	616
<i>Decisão: sentença absolutória, acatando a tese da negativa de autoria</i> ..	619
<i>Alegações finais p/ ministério público - crime: homicídio</i>	623
<i>Situações fáticas - sentenças subjetivamente simples</i>	625
<i>Sentença de pronúncia</i>	631
<i>Recurso em sentido estrito, pela defesa</i>	633
<i>Razões do recurso em sentido estrito</i>	634
<i>Decisão: desclassificação para homicídio simples</i>	636
<i>Esposo denunciado por homicídio contra a esposa quando, na verdade, como ficou provado, ela suicidou-se</i>	649
<i>Sentença de impronúncia – art. 409 do CPP (negativa de autoria)</i> ...	659
<i>Decisão: sentença condenatória</i>	672
<i>Alegações finais – denúncia art. 121, caput</i>	687
Capítulo XVI - DA SENTENÇA	691
<i>Conceito</i>	691

Sentença em sentido amplo	691
Sentença em sentido estrito	692
Outras classificações de sentenças	692
Função da sentença	693
Natureza jurídica	693
Requisitos formais (art. 381, VI)	693
Sentença absolutória	693
Fundamentos da absolvição (art. 386, I a VI)	694
Efeitos da absolvição (art. 386, parágrafo único)	694
Sentença condenatória (Art. 387 – CPP)	695
Fundamentos da condenação (Art. 387)	695
Efeitos da condenação	695
Declaração de Sentença (Art. 382 – CPP)	695
Desclassificação (Art. 383 – CPP)	695
Art. 384, CPP	696
Sentença condenatória, de natureza subjetivamente simples, isto é, prolatada por um juiz monocrático	697
Sentença de pronúncia	701
Sentença: decisão do júri desclassifica o crime de homicídio doloso para culposo	704
Da intimação da sentença	710
Lavrada a sentença	710
A intimação da sentença	710
Da intimação do querelante	711
Intimação do assistente do Ministério Público	712
Intimação da sentença condenatória à defesa	712
Intimação ao réu preso	712
Intimação do réu solto	713
Intimação do réu não encontrado	713
Intimação do réu mediante edital	714
Intimação do réu com defensor constituído mediante edital	715
Intimação do réu mediante edital na falta de defensor constituído ...	715
Capítulo XVII - COISA JULGADA	717
Conceito	717

Coisa julgada formal	717
Coisa julgada material	717
Fundamento jurídico da coisa julgada	717
Limites objetivos da coisa julgada	718
Limites subjetivos da coisa julgada	718
Natureza jurídica	718
Capítulo XVIII - DAS NULIDADES	719
Conceito	719
Quanto à viciosidade	720
Prevalência das impeditivas	720
Sistema de apreciação	721
Classificação	722
Substancial	722
Formal	722
Absoluta	722
Relativas	723
Quanto ao alcance ou extensão	723
Quanto à capacidade de violação do ato	723
Atos inexistentes	724
Nulidade em espécie	724
Nulidade por incompetência, suspeição ou suborno do juiz	726
Nulidade por ilegitimidade de parte	726
Nulidade por falta das fórmulas ou termos seguintes	726
Interrogatório	729
Prazos concedidos à acusação e à defesa	733
Libelo	734
A acusação e a defesa, na sessão de julgamento	736
A sentença no julgamento pelo júri	738
Teses sustentadas pela acusação e pela defesa	738
Sentença prolatada por juiz sem jurisdição	738
Oportunidade de argüição das nulidades sanáveis	741
Sinopse das nulidades	741
Capítulo XIX - RITO DOS CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA - COMPETÊNCIA DO JÚRI POPULAR	743
Rito comum ou ordinário do Júri Popular	743

Algumas considerações a respeito da pronúncia, do libelo e contra libelo	744
Da pronúncia	744
A heresia do <i>in dubio pro societate</i>	746
Recurso em sentido estrito	748
Sentença de pronúncia	761
Sentença de pronúncia	772
Libelo crime acusatório	782
Libelo crime acusatório	783
Contrariedade ao libelo	787
Sinopse do rito comum – juiz singular	788
Do processo e do julgamento dos crimes de falência	790
Procedimentos nos crimes contra propriedade imaterial (Arts. 524 a 530 – CPP).....	790
Do rito processual	790
Do exame pericial	790
Da diligência	791
Da homologação	791
Juízo competente	791
Elementos que deverão instruir a denúncia ou queixa	791
Assistentes no processo	791
Do começo e extinção da ação penal	792
Prazo para a denúncia	792
Providências do juiz da falência	792
Do arquivamento	792
Da sentença declaratória e sua eficácia	792
Do prazo	793
Do prazo na prisão em flagrante	793
Crimes de abuso de autoridades, Lei 4.898/ 65 - Lei n. 4.898, de 9 de dezembro de 1965	794
Representações contra juízes federais, por manterem prisão ilegal...	801
Representação contra juiz federal	808
Procuração ad judicium e extra judicium	815
Do juzgado especial criminal – Lei n. 9.099/ 95	826
Dos recursos	827
Termos de audiência	839

Lei antitóxico - Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006	846
Auto de prisão em flagrante	874
Nota de culpa	879
Nota de ciência das garantias constitucionais	880
Nota de culpa	881
Nota de ciência das garantias constitucionais	882
Auto de exibição e apreensão	883
Guia para recolhimento de preso	885
Guia para recolhimento de preso	887
Termo de compromisso	890
Procuração ad judicium e extra judicium	897
Procuração	899
Aditamento à denúncia	900
Citação dos denunciados	901
Mandado de citação	903
Defesa preliminar	906
Requerimento de liberação de veículo-moto	912
Recebimento da denúncia	924
Mandado de intimação	926
Mandado de intimação	928
Laudo de exame pericial	930
Mandado de intimação	933
Mandado de intimação	934
Audiência de instrução e julgamento	936
Termo de interrogatório	941
Alvará de soltura	959
Mandado de intimação de sentença	960
Capítulo XX - DOS RECURSOS	961
Quadro sinótico	961
Princípio de fungibilidade	963
Conceito	963
Razões históricas	963
Necessidade psicológica	963
Falibilidade humana	963
Sucumbência	963
Pressupostos subjetivos	964
Pressupostos objetivos	964
Recurso voluntário	964
Recurso obrigatório	964

Fontes informativas	967
Recursos legais	967
Recursos regimentais	967
Efeitos	967
Outros efeitos	967
Do recurso em sentido estrito	969
Recurso em sentido estrito, art. 581, I a XXIV	969
Recorrente - recorrido	969
Efeitos	970
Processamento	970
Prazo para razões e contra-razões	971
Do recurso de apelação	971
Dos recursos perante ao Juizado Especial Criminal	973
Habeas corpus p/ trancamento de ação penal - penal privada promovida por Juiz de Direito contra ex-esposa, por supostos crimes de calúnia, difamação e injúria	974
Julgamento do habeas corpus	980
Embargos de declaração para reapreciar mérito de decisão em habeas corpus, pode?	990
Recurso de apelação	1011
Pressupostos subjetivos da apelação	1013
Transcrição da gravação da fita magnética	1013
Turmas compostas de três Juízes	1014
Do recurso em sentido estrito	1014
Embargos infringentes	1016
Carta testemunhável	1016
Recurso de ofício	1016
Embargos de declaração	1016
Erros materiais	1017
Turma recursal	1017
Motivação per relationem	1018
Pedido de uniformização	1018
Divergência entre decisões de Turmas da mesma Região (art. 14 da Lei 10.259/ 2001)	1018
Divergências entre decisões de turmas de diferentes regiões	1019
Formalização ao pedido de uniformização	1019
Recurso especial e recurso extraordinário	1019
Situações fáticas, nos recursos de apelação	1021

Razões do apelante	1022
Contra-razões do recurso pelo ministério público	1024
Réu absolvido pela segunda vez, pelo júri popular	1053
Razões pelo ministério público contra decisão que absolveu um denunciado pelo art. 12 e desclassificou o outro denunciado do art. 12 para o 16, da lei 6.368/ 76.	1055
Contra razões	1061
Advogado condenado por crime de apropriação indébita	1065
Contra-razões	1069
Contra-razões p/ defesa	1070
Capítulo XXI - DA REVISÃO CRIMINAL	1073
Fundamento Legal	1073
Caso dos Irmãos Naves	1077
Revisão (Arts. 621 a 631, CPP)	1085
Cabimento da revisão	1085
Efeitos da revisão	1085
Processamento	1085
Competência para conhecer e julgar o pedido revisional	1086
Competência dos tribunais	1086
Revisão criminal em recurso especial	1087
Revisão criminal	1088
Capítulo XXII - PROTESTO POR NOVO JÚRI	1099
Cabimento	1099
Capítulo XXIII - DOS EMBARGOS	1103
Conceito	1103
Embargos infringentes e de nulidade	1105
Caso concreto	1106
Interposição de embargos infringentes	1112
Embargos de declaração	1117

Capítulo XXIV - CARTA TESTEMUNHÁVEL	1119
Conceito	1119
 Capítulo XXV - CORREIÇÃO PARCIAL	1123
Conceito	1123
Previsão	1123
Reclamação (Correição)	1128
 Capítulo XXVI - DO RECURSO ESPECIAL	1139
Dos pressupostos	1139
Do prazo	1139
Natureza jurídica	1140
Caso concreto	1147
Interposição de recurso especial crime de acidente de trânsito denunciado como doloso	1163
Razões em recurso especial – crime homicídio de trânsito denunciado como doloso	1164
Agravo de instrumento, recurso em sentido estrito	1177
Documentos e peças que instruem o agravo de instrumento	1179
Pedido de habeas corpus liberatório, concedido a um dos pacientes, que motivou ao MPF, interpor recurso especial contra a concessão	1196
Decisão que concedeu o habeas corpus	1202
Recurso especial contra decisão de habeas corpus	1214
 Capítulo XXVII - DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO	1219
Pressupostos	1219
Do prazo	1219
Sinopse de interposição de recurso extraordinário	1221
Agravo de despacho denegatório de recurso extraordinário	1222
Requerimento de interposição de recurso extraordinário	1223
Recurso extraordinário contra decisão de turma recursal de juizado especial	1227

Capítulo XXVIII - DO AGRAVO	1233
Tópico de instrumento	1233
Do agravo em execução	1234
Do agravo quanto aos Tribunais Superiores	1234
Do agravo – Da denegação do recurso extraordinário e do recurso especial art. 28, <i>caput</i> , Lei n. 8.038/ 90	1234
Do processamento	1235
Alterações conforme Lei n.11.187, de 19 de outubro de 2005	1235
Pedido de liberdade provisória	1238
Agravo regimental	1255
Habeas corpus com pedido de liminar	1257
Agravo em execução: regressão de regime	1266
Capítulo XXIX - DO MANDADO DE SEGURANÇA NO PROCESSO PENAL	1281
Conceito	1281
Mandado de segurança criminal	1282
Mandado de segurança	1290
Capítulo XXX - DO HABEAS CORPUS	1307
Natureza jurídica	1307
Competência	1308
Competência do STF	1308
Compete ao STJ	1309
Comentários	1310
<i>Habeas corpus</i> na 1ª instância	1312
Manter prisão, quando da pronúncia, precisa fundamentar	1339
Decisão: recurso ordinário constitucional de habeas corpus	1354
Caso concreto - prisão civil domiciliar - peculiaridades - enfermidade	1372
Habeas corpus no superior tribunal de justiça	1383
Certidão de julgamento	1415
Petição reiterando pedido de informação	1417
Concessão de liminar - Numero 3 - Decisão	1423
Decisão de mérito - Numero 4	1431

Capítulo XXXI - DA PRISÃO	1445
Algemas: segurança ou constrangimento	1445
Conceito	1452
Justificativa da prisão provisória	1453
Prisão administrativa e prisão processual	1454
Prisão administrativa	1454
Prisão processual	1455
Pena	1455
Capítulo XXXII - DAS ESPÉCIES DE PRISÃO EM FLAGRANTE	1459
Definição de prisão em flagrante delito (Arts. 301 a 310, CPP)	1459
Modalidades de flagrante	1460
Da prisão em flagrante na Justiça Militar	1472
Nota de culpa	1472
A prisão em flagrante nas contravenções	1473
Prisão em flagrante nos crimes de ação penal privada e condicionada	1473
Prisão em Flagrante por fato praticado em presença da autoridade, ou contra ela, no exercício da sua função	1474
A apresentação espontânea do acusado	1475
A fuga do acusado antes da lavratura da prisão em flagrante	1475
A fuga do acusado depois da lavratura do auto de prisão em flagrante	1475
Auto de prisão em flagrante	1477
Flagrante não caracterizado	1482
Decisão – alvará de soltura	1486
Flagrante não caracterizado	1488
Revogação de prisão por excesso de prazo na instrução processual.....	1492
Termo de liberdade provisória	1496
Alvará de soltura	1498
Capítulo XXXIII - PRISÃO PREVENTIVA, TEMPORÁRIA E EM FLAGRANTE	1499
Prisão preventiva	1499
Conceito	1499
Da mensagem.....	1500
Competência e requisitos	1500

A tipicidade e o flagrante	1501
Fundamento legal da prisão preventiva	1503
Pressupostos	1506
A conveniência da instrução	1507
A prisão preventiva para assegurar a aplicação da lei penal	1507
Fundamentos	1508
Prisão preventiva via carta precatória	1508
Prisão preventiva via carta precatória: requisitos	1509
Prisão realizada por delegada, com base em fotocópia de mandado de prisão expedido por juiz de outra comarca, sem que tenha havido expedição de carta precatória com as formalidades de artigo 289 do Código de Processo Penal	1511
Habeas corpus n. 11.969 - Itapirapuã	1521
Prisão preventiva é exceção - por Etiene Gomes	1527
Pedido de revogação de prisão preventiva via habeas corpus	1532
Decisão do recurso de apelação	1540
Decreto de prisão preventiva caso da morte de Leonardo Pareja	1544
Pedido de revogação de prisão preventiva	1546
Pedido de revogação da prisão preventiva	1552
Pedido de revogação de prisão preventiva	1556
Da prisão temporária	1572
Lei n. 7.960/ 89	1572
A inconstitucionalidade da prisão temporária	1572
Lei n. 7.960, de 21 de dezembro de 1989	1575
Não renovação de prisão temporária	1578

Capítulo XXXIV - PRISÃO DECORRENTE DE PRONÚNCIA E PRISÃO DECORRENTE DE SENTENÇA CONDENATÓRIA RECORRÍVEL

Conceito	1583
Presença do réu na sessão do júri - se devidamente intimado - não desejando - não precisa comparecer à sessão	1587
Habeas corpus contra sentença que condicionou ao sentenciado recolher-se à prisão se quisesse apelar	1588
Liminar concedida	1590
Decisão de mérito	1592

Capítulo XXXV - PRISÃO POR DÍVIDA CIVIL	1599
Fundamento legal.....	1599
Busca e apreensão, liminar, aplicação dos Decretos-Leis n. 911/ 69 e 70/ 66	1600
<i>Habeas corpus</i> n. 2.155-0 – SP	1602
Prisão em face de inadimplemento de obrigação alimentar.....	1611
 Capítulo XXXVI - DA LIBERDADE PROVISÓRIA, COM OU SEM FIANÇA	1613
Definição	1613
Liberdade provisória com vinculação	1614
Liberdade provisória depois da pronúncia	1615
Liberdade provisória, com ou sem fiança	1616
Liberdade provisória sem fiança caso de ser réu pobre	1624
Pedido de fiança	1626
Certidão que deve instruir o pedido, comprovando a primariedade	1628
Liberdade provisória	1629
Liberdade provisória	1631
Liberdade provisória – art. 310, § único CPP	1633
Liberdade provisória, art. 310, § único, (infração art. 15, da Lei 10.826/ 2003)	1638
 Capítulo XXXVII - TÓXICO - JULGADOS	1649
<i>Habeas corpus</i> n. 68.605-2 – LA	1649
Julgados pelo STJ para cumprimento de pena na residência do condenado – por falta, na comarca, da casa do albergado	1661
 BIBLIOGRAFIA	1689
 ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO	1693